

---

# D. ANTÓNIO LUÍS DA VEIGA CABRAL DA CÂMARA

Bispo de Bragança e Miranda  
— (1758-1819) —

Fernando de Sousa





---

**D. ANTÓNIO  
LUÍS DA VEIGA  
CABRAL DA CÂMARA**  
**Bispo de Bragança e Miranda**  
————— (1758-1819) —————

**Fernando de Sousa**



## **Ficha Técnica**

---

### **Título**

D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara  
Bispo de Bragança e Miranda (1758-1819)

### **Autor**

Fernando de Sousa

### **Transcrições das fontes documentais**

Filomena Melo, Ricardo Rocha,  
Diogo Ferreira, Paulo Amorim

### **Cronologia**

Ricardo Rocha

### **Revisão**

Ricardo Rocha

### **Design editorial**

Diana Vila Pouca

### **Edição**

Município de Bragança

### **Impressão e acabamento**

Penagráfica, Artes Gráficas Lda.

### **Depósito legal**

462020/19

### **ISBN**

978-989-8344-55-7

### **Tiragem**

500 exemplares

**1.ª edição, setembro de 2019**

### **Município de Bragança**

Forte S. João de Deus  
5300-263 Bragança  
T. 273 304 200 F. 273 304 299  
[www.cm-braganca.pt](http://www.cm-braganca.pt)

### **CEPESE – Centro de Estudos da População,**

### **Economia e Sociedade**

Edifício CEPESE, Rua do Campo Alegre, 1021  
4169-004 Porto  
T. 226 073 770  
E. [cepese@cepese.pt](mailto:cepese@cepese.pt)  
[www.cepese.pt](http://www.cepese.pt)

**© Todos os direitos reservados  
ao Município de Bragança**

**Nos duzentos anos da morte de  
D. António Luís da Veiga  
Cabral da Câmara,  
bispo da Diocese  
de Bragança e Miranda  
(1819-2019)**

*A Pedro de Sousa, meu filho, sempre*

# Sumário

## NOTA DE ABERTURA

7

## INTRODUÇÃO

9

## PRIMEIRA PARTE

### Vida de D. António Luís

21

#### 1. Nascimento, infância e adolescência de António Luís (1758-1778)

23

#### 2. António Luís e as Ordens Menores (1778-1786)

29

#### 3. António Luís, presbítero na freguesia da Mofreita (1786-1793)

35

#### 4. D. António Luís, eleito bispo da Diocese de Bragança e Miranda (1793)

41

#### 5. D. António Luís e a fundação dos Recolhimentos das Oblatas do Menino Jesus e da Congregação de Eclesiásticos no Paço Episcopal (1793-1795)

51

#### 6. D. António Luís e a Inquisição (1796-1799)

57

#### 7. O exílio de D. António Luís em Lisboa e Alcobaça (1799-1811)

73

#### 8. O regresso de D. António Luís à Diocese de Bragança e Miranda (1811-1813)

87

#### 9. A condenação da doutrina de D. António Luís (1812-1813)

93

#### 10. D. António Luís desterrado no Buçaco (1814-1818)

103

#### 11. D. António Luís regressa novamente à sua Diocese (1818-1819)

121

#### 12. A morte de D. António Luís (1819)

135

## SEGUNDA PARTE

### Doutrina, espiritualidade e missão extraordinária de D. António Luís

139

#### 1. O difícil magistério evangelizador de D. António Luís

141

#### 2. A Comunhão Quotidiana

147

#### 3. Os exorcismos

161

#### 4. A teologia simbólica

167

#### 5. Os milagres

173

#### 6. A missão extraordinária

179

## CONCLUSÃO

187

## FONTES DOCUMENTAIS

203

## PRINCIPAIS ATORES DO DRAMA ANTONINO

633

## CRONOLOGIA

649

## Notas

663

## Fontes e Bibliografia

669

## Abstract

679

## FONTES DOCUMENTAIS

Introdução às fontes documentais	205
CrITÉRIOS de transcrição	206
1. Circulares, capítulos de visita e pastorais de D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, bispo de Bragança e Miranda (1793-1798)	209
2. Cartas de D. António Luís ao corregedor da comarca de Bragança, Matias José de Sousa Gorgel do Amaral Coutinho, a propósito da tentativa de fundao de um recolhimento em Cabeça Boa (1795-1796)	229
3. <i>Extrato da Carta do Bispo de Bragança, D. António da Veiga</i> , em resposta a outra do abade de Rebordãos em que este o censura de algumas faltas do seu ministério e ofício episcopal (1798?)	245
4. <i>Consulta sobre o bispo de Bragança</i> , do Conselho Geral da Inquiio (1798)	251
5. <i>Carta sobre o bispo de Bragança</i> (1801)	259
6. Cartas do reverendo padre Pedro Nolasco Alves, escritas de Bragança, ao reverendo padre João Rodrigues Lopes (1811-1812)	269
7. <i>Cartas do prior de São Lourenço de Lisboa, o doutor Henrique José de Castro, ao prior da freguesia de Santos de Lisboa, o reverendo António Pereira Coelho</i> (1812)	303
8. Carta de Inocêncio António de Miranda ao prior de São Lourenço, descrevendo a vida de D. António Luís, bispo de Bragança (1812)	367
9. <i>Autos de Libelo Crime entre partes: autor a justiça pela pessoa de seu reverendíssimo desembargador promotor, e réu o reverendo João Rodrigues Lopes, presbítero do Bispado de Bragança, e assistente há anos, nesta cidade de Lisboa, com os autos do sumário e os das cartas apensas</i> (1813)	397
10. Denúncia contra o bispo de Bragança, de José Rodrigues Tega (1813)	415
11. Pastoral do governador do bispado de Bragança e Miranda, Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão, criticando a doutrina de D. António Luís (1817)	419
12. <i>Princípios da sua vida</i> [D. António Luís], <i>como ele narra</i> , com um Apêndice, <i>Milagres confessados e autênticos</i> , de António Gonçalves da Seca (1824)	425
13. <i>Memórias históricas e críticas das aoes e vida pública do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo que foi de Bragança e Miranda, D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, escritas por Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, abade de Rebordãos</i> (1832)	515
14. <i>Breve notícia de alguns casos raros e admiráveis da vida do nosso Santo Pai, amantssimo da salvao das almas e zelssimo da honra e glória de Deus</i> , de Mariana Josefa, superiora do Recolhimento da Mofreita (1844?)	575
15. <i>Memórias da vida do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara, bispo de Bragança e Miranda</i> , de Frei Simão da Rainha Santa (1845)	591
16. Poesias da autoria de D. António Luís	627





## Nota de abertura

Historicamente, as religiões, independentemente do credo professado, sempre foram alvo de críticas, de incompreensões, mas também de grandes devoções, e é inegável que, graças a elas e ao seu infindável acervo documental, muita da nossa história é escrita e baseada, desde logo pelo facto de serem os monges católicos um dos principais grupos tradutores dos antigos textos gregos para o latim.

A religião católica, maioritariamente professada em Portugal, também ela se constituiu de factos históricos e de pessoas que, pela sua elevada inteligência e pelo legado que deixaram, nos merecem uma visão atenta e um estudo apurado.

De entre os 46 bispos que, durante quase cinco séculos, orientaram a fé da Diocese de Bragança-Miranda (inicialmente só Miranda, por pouco tempo apenas Bragança e, mais tarde, Bragança e Miranda), há uma figura ímpar, desprovida de opulência e amiga dos pobres, um Homem de controversas virtudes, venerado por uns e odiado por outros, que se destaca na História da Igreja em Portugal. Trata-se de António Luís da Veiga Cabral da Câmara – Bispo de Bragança (assim se autodenominava).

O retrato da vida e obra de D. António Luís, fundador de dois Recolhimentos das Oblatas do Menino Jesus e da Congregação de Eclesiásticos no Paço Episcopal, cuidadosamente produzido por Fernando de Sousa, coordenador científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto), que já nos habituou a importantes e detalhados retratos históricos, poderia ficar comprometido pelo facto de, após a morte de D. António Luís, o mestre-escola da Catedral de Bragança se ter apossado de toda a sua documentação, queimando-a. Contudo, uma intensa investigação do autor desta obra permitiu minimizar essas falhas.

Sendo que, ainda hoje, o Nordeste Transmontano se caracteriza por um forte culto em torno da religião católica, assim o atesta o vasto número de edifícios e santuários bem preservados, levando a que, pelo menos uma vez por ano, milhares de fiéis convirjam para fortalecer a sua fé e prestar culto ao seu santo de devoção, o Município de Bragança entendeu que a publicação desta obra, além de imortalizar a vida de um Homem que aqui fez história, se reveste de vital importância, quer para a Diocese de Bragança-Miranda, quer para o povo católico.

A edição de livros com base em estudos de investigação tem vindo a fazer parte da política municipal, pois entendemos que uma sociedade culta e com acesso ao conhecimento, por via de um manancial de obras publicadas que retratam o passado do seu povo, se constitui como uma sociedade mais rica e mais próspera.

*Hernâni Dias*

Presidente da Câmara Municipal de Bragança



# Introdução

---

*Quem ler os atos dos heróis da religião achará neles inumeráveis imposturas inventadas pela inveja, ódio e malícia dos instrumentos de que o demónio se costuma servir para destruir a obra de Deus. Achará como São Gregório Nazianzeno passava por um arrogante, São Basílio Magno por um soberbo, São João Crisóstomo por um desonesto e até desonestidade de sodomia, Santo Agostinho por um inventor de novas doutrinas. Lá mais perto de nós achará um São Francisco de Paula passar por um supersticioso, Santa Catarina de Sena por uma ilusa, São Vicente de Paulo por ladrão, etc.*

(Pedro Nolasco Alves, Segunda Carta, *Fontes Documentais*, p. 277)

António Luís da Veiga Cabral da Câmara, bispo de Bragança, como ele se intitulava, na viragem do século XVIII para o século XIX (1793-1819), foi um dos prelados mais extraordinários e polémicos de toda a História da Igreja em Portugal, quicá, aquele que mais paixões despertou e que perduraram após a sua morte durante mais tempo, devido à sua “conduta extraordinária”. Reverenciado por numerosos eclesiásticos e pelo povo em geral como “santo”, “apóstolo da perfeição cristã”, “profeta”, “justo”, que as religiosas dos recolhimentos que fundou veneravam com “uma espécie de culto particular”, apelidando-o de “Pai”, foi denominado por outros como “herege”, visionário, “misantropo”, “crédulo”, “perdulário” e até sensível às “tentações da carne”.

Lamentavelmente, muito pouco do que escreveu chegou até nós. Da sua autoria, conhecem-se sete circulares e pastorais, dez poemas, duas cartas a um corregedor de Bragança, o extrato de uma carta endereçada ao abade de Rebordãos, Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, de que desconhecemos o original, e pouco mais. Contudo, muito mais escreveu D. António Luís. Segundo Inocêncio António de Miranda, terá escrito em latim um tratado de exorcismos; várias cartas ao Conselho Geral da Inquisição em defesa das superiores dos Recolhimentos da Mofreita e do Loreto, quando estas se encontravam

presas em Coimbra, uma das quais com mais de 200 páginas; uma dissertação erudita, em 1808, contra a contribuição de 20 000 cruzados imposta por Junot a todo o Reino, recusando o pagamento da mesma na parte que competia às rendas eclesiásticas da sua diocese; e ainda um *Consultório* ou *Dissertação*, onde “à vista do poema dos *Lusíadas*, demonstrava os conhecimentos de Luís de Camões, especialmente na Astronomia e outras ciências”<sup>1</sup>.

Contudo, o mestre-escola da catedral de Bragança, logo após a sua morte, ainda em São Salvador, freguesia em que D. António entregou a alma ao criador em 13 de junho de 1819, “apossou-se violentamente de todos os papéis” e dos “grossos volumes de manuscritos” do prelado, que aí “registara a sua doutrina e explicara os segredos celestes por que havia regulado a sua conduta como cristão e como bispo”, queimando-os<sup>2</sup>. Não é, deste modo, possível ajuizar da sua formação científica e teológica, da sua erudição e doutrina, a não ser pelas cartas e testemunhos dos seus discípulos e detratores.

Em julho de 1819, o rei D. João VI, após ter recebido do cabido de Bragança a participação da morte de D. António, “ordenou que os escritos e papéis do falecido bispo se arrecadassem, pois queria que à Secretaria dos Negócios do Reino fosse remetida a lista deles sem a divulgarem”<sup>3</sup>, mas esta ordem chegou tarde face à sanha destruidora do mestre-escola. Pelo menos quanto aos manuscritos que estavam com o bispo de Bragança em São Salvador. Porém, o internúncio apostólico, monsenhor José Cherubini, em carta de 25 de janeiro de 1823, informou o cardeal secretário de Estado de Pio VII que o Governo português, em nome de D. João VI, intimou o Patriarcado de Lisboa “a fazer entrega do processo e outras cartas respeitantes ao bispo e aos padres adidos à sua corte, como de facto tudo entregaram”, documentação esta que tinha sido remetida para Lisboa pelo cabido de Bragança<sup>4</sup>. Com que objetivo? Para serem destruídos? A verdade é que se desconhece o paradeiro dos escritos e papéis em causa.

Assim sendo, para lá dos escassos documentos históricos por si produzidos e já referidos, só podemos aceder à vida, doutrina e espiritualidade de D. António pelos escritos dos seus detratores ou dos seus defensores, testemunhos esses que divinizam ou diabolizam o bispo de Bragança, não permitindo uma visão desapaixonada e crítica deste homem da Igreja, sobre o qual, aliás, os seus sucessores na mitra de Bragança mantiveram um estranho silêncio, receosos, porventura, de novos ataques à figura deste insigne prelado diocesano, que permaneceu, até ao presente, sem uma biografia digna desse nome, que nos permitisse captar o homem, o bispo e a sua época.

Façamos uma breve revisão da literatura produzida em torno de D. António Luís ou a ele dedicada.

Em 1794, frei José de São Bernardo Mondim, franciscano da Província de Portugal, dedica a sua tese teológica, defendida em Coimbra, a D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, prudentíssimo e piíssimo bispo de Bragança<sup>5</sup>.

O primeiro texto que se debruça sobre D. António Luís é a Consulta do Conselho Geral da Inquisição, de agosto de 1798, conhecido como *Lembrete da consulta sobre o bispo de Bragança*, produzida na sequência dos processos levantados contra as regentes dos recolhimentos da Mofreita e Loreto, fundados pelo bispo de Bragança, que vai levar à

## Introdução

condenação e prisão das duas religiosas e ao afastamento compulsivo de D. António da sua diocese. Este documento, o único que se conhece dos processos referidos, existente, quer no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>6</sup>, quer nos Reservados da Biblioteca Nacional, foi publicado por Martins de Carvalho em *O Conimbricense*, no ano de 1870; por António Baião no volume III dos *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, em 1938; e por Fernando de Sousa no artigo “Inquisição e Heresia nos finais do século XVIII”, na *Revista da Faculdade de Letras* do Porto, vol. IV, 1987.

Os processos das duas regentes, Domingas Vaz ou do Menino Jesus e Maria Manuela ou de Jesus, que constam do “Inventário descrição dos processos crimes dos réus acusados no extinto Tribunal da Inquisição” de Coimbra, efetuado em 1821-1822, ou seja, no triénio liberal, estão desaparecidos do respetivo fundo documental da Torre do Tombo, dispondo nós apenas da consulta referida – o que dá a entender que, em 1821-1822, os processos indicados ainda existiam<sup>7</sup>, a corroborar, deste modo, a informação prestada por José Cherubini, de 1823, a que já aludimos.

Por 1801, foi escrita uma *Carta sobre o bispo de Bragança*<sup>8</sup>, de autor desconhecido, provavelmente clérigo. Trata criticamente da fase da vida de D. António enquanto sacerdote na Mofreita e primeiros anos do seu episcopado, antes de ser obrigado a retirar-se para Lisboa, colocando-o a ridículo pela sua credulidade. É publicada, pela primeira vez, neste trabalho e dela se serviu abundantemente Inocêncio António de Miranda, que a plagiou em numerosas frases, podendo este ter sido até o seu autor.

Em 1803, Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, abade de Rebordãos, na Diocese de Bragança e Miranda, lança a sua *Dissertação histórico-crítica sobre a comunhão frequente e quotidiana... para servir de antídoto à obra intitulada “O Pão Nosso de cada dia”, modernamente traduzida em português pelo P.º Frei Caetano da Transfiguração*, onde se insurge contra a comunhão quotidiana que o bispo de Bragança sempre defendeu, doutrina generalizada pela “nova mística” do partido de D. António que “descobriu um método mais fácil de santificação”<sup>9</sup>.

Em 1811-1812, o padre Pedro Nolasco Alves, familiar de D. António, escreve cinco cartas a partir de Bragança e Castro de Avelãs, dirigidas ao padre João Rodrigues Lopes, também familiar do bispo, a viver em Lisboa, com o objetivo de serem publicitados pelos partidários de D. António na capital, de forma a divulgar a doutrina do bispo e restabelecer o ânimo dos mesmos, um pouco abalado com a retirada do bispo de Bragança da capital, justamente em 1811. Estas cartas são publicadas pela primeira vez neste trabalho, com exceção da primeira, que integrou os textos da obra *Monumento à Memória de D. António Luís*, de 1889.

Em 1812, o prior de São Lourenço de Lisboa, doutor desembargador Henrique José de Castro, vai escrever quatro cartas dirigidas ao prior da freguesia de Santos, Lisboa, analisando e refutando as cinco cartas escritas pelo padre Pedro Nolasco Alves, “a respeito da pessoa, milagres e doutrinas, e padres, e medalhas, e verónicas, e papéis bentos, e alfazemas, e direções, e discípulos do senhor bispo de Bragança”, e da sua “escola”, que Castro rejeita em absoluto, por lhe configurar um cisma no seio da Igreja. Estas cartas,

manuscritas, de que correram algumas cópias, e que são publicadas pela primeira vez neste trabalho, têm o grande mérito de nos permitirem aprender a doutrina de D. António Luís e os aspetos que a Igreja lusitana, segundo Henrique José de Castro, condenava.

Henrique José de Castro também nos deixou, ainda em 1812, três cadernos manuscritos de *Opúsculos relativos às pessoas, doutrinas e factos do Reverendíssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo de Bragança e de seus sectários*. Embora não assinados, mas revelando nos seus textos inequivocamente que são da sua autoria – refere-se numerosas vezes às quatro cartas que escreveu, analisando as “cinco de Bragança” –, Henrique de Castro enuncia “as pessoas que foram ou agentes ou testemunhas dos factos que eu em as minhas quatro cartas tenho referido, e os seus nomes e as suas habilitações” e “outros muitos factos e doutrinas, que eu já sabia e não referi então”, formando assim uma “coleção” ou diário de “apontamentos”, que vai de 3 de setembro a 15 de dezembro de 1812. O autor escreve que “ninguém se escandalize dos ditos picantes e acres” que utiliza, e de facto a linguagem é agora mais rude, os ataques ao bispo de Bragança e seus “filhos” mais violentos, procurando ridicularizar os “milagres” e as “doutrinas” ligados a este prelado, durante o tempo em que esteve desterrado em Lisboa – “são feitos para minha memória em particular”. Servimo-nos destes *Opúsculos* para a nossa investigação, mas não as transcrevemos nas fontes documentais que apresentamos em apêndice a este trabalho, uma vez que pouco ou nada de novo apresentam quando comparadas com as quatro cartas que escrevera anteriormente.

No mesmo ano, Inocêncio António de Miranda, abade de Medrões, natural da Diocese de Bragança e Miranda, escreveu uma memória manuscrita intitulada *Vida de António Luís da Veiga e Câmara, bispo de Bragança*, sob a forma de carta enviada ao prior da freguesia de São Lourenço, datada de Lisboa em 30 de novembro de 1812. Inocêncio António de Miranda, após ter lido as quatro cartas daquele, inspirado pelo “espírito da verdade e zelo da religião”, decidiu escrever uma carta em que apresenta a biografia “deste pretendido profeta”, para que o seu interlocutor possa ver “com mais evidência a falsidade dos seus milagres” e conclui que só o Santo Ofício pode aplicar “o remédio santo”<sup>10</sup>. Integra os documentos editados por nós no presente estudo. Esta carta, publicada no jornal *O Conimbriense*, em 1870, como veremos mais adiante, é copiada por Pedro Augusto Ferreira, abade de Miragaia, Porto, em 1880, a partir de um original que se encontrava em Gouveia, cópia essa que faz parte do Fundo de Manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto<sup>11</sup>.

Em 1813, são editados os *Autos de Libelo crime entre partes: Autor a Justiça pela pessoa de seu Reverendíssimo Desembargador Promotor, e Réu o Reverendo João Rodrigues Lopes, Presbítero do Bispado de Bragança, e assistente há anos, nesta cidade de Lisboa, com os Autos do Sumário e os das Cartas apensas*. Saiu também com o título de *Sentença da Relação e Cúria Patriarcal contra o padre João Rodrigues Lopes, como fautor e propagador das doutrinas que ele e outros sócios do bispado de Bragança ensinavam, escreviam e as comunicavam reciprocamente com o fim de propagar uma seita de fanáticos visionários, etc.*, embora com o mesmo conteúdo. Foi ainda publicado, em julho de 1813, no *Correio Brasiliense*, mas sem o breve pontifício de 1779 a que adiante fazemos referência.

## Introdução

Trata-se do processo, julgamento e condenação do discípulo do bispo de Bragança, João Rodrigues Lopes, enquanto “propagador e fautor das doutrinas” que visavam “propagar e difundir um sistema fanático, impostor e visionário”, e promover “eficazmente no seio do patriarcado de Lisboa o cisma escandaloso”, defendendo que D. António Luís era “enviado extraordinário de Deus, profeta e apóstolo”. Considerava a Junta de Teólogos, presidida pelo bispo patriarca eleito, que este caso era inteiramente análogo ao que o Papa Pio VI condenara, por breve de 17 de julho de 1779, relativo à “doutrina e partido de alguns, que à sombra do patriarca dos maronitas, afetando visões, milagres e dons do céu, sustentavam um cisma desta mesma natureza”, breve esse apresentado em latim e em português nessa fonte e que transcrevemos no apêndice documental deste trabalho, apenas em português.

Também em 1813, José Rodrigues Teiga, presbítero natural do concelho de Mogadouro, fez uma denúncia contra o bispo de Bragança à Mesa da Santa Inquisição, descrevendo um episódio que tinha presenciado em 26 de abril desse ano, na habitação de D. António, factos que considera serem pretensos milagres<sup>12</sup>.

Na década de 1820, ou seja, após a morte do bispo de Bragança e Miranda, o padre António Gonçalves da Seca, discípulo de D. António, escreve *Princípios da sua vida, como ele narra*, não datada, uma biografia manuscrita do prelado, agora publicada por nós, assim como o apêndice intitulado *Milagres confessados e autênticos*, neste caso, uma recolha de atestações de milagres efetuados por D. António, a partir “dos originais atestados” entre 1806 e 1812, efetuada por António da Seca, prior da igreja de São Pedro de Óbidos, preso no aljube de Lisboa entre maio de 1821 e 11 de agosto de 1823, por se ter recusado a jurar as bases da Constituição de 1822.

Em 1822, o prior de Baleizão, no bispado de Beja, frei Aureliano do Nascimento, dá ao prelo a sua *Defesa da verdade contra o procedimento injustíssimo com que se tem tratado tanto a doutrina como a prática da comunhão quotidiana...*, um volumoso tratado contra Francisco de Sepúlveda, que ataca rudemente. Não fala de D. António Luís, mas defende-o indiretamente, por o bispo de Bragança ter sido o mais importante patrocinador de tal prática no Portugal de finais do Antigo Regime.

Em 1826, Francisco de Sepúlveda lança o *Apêndice apologético da dissertação histórico-crítica sobre a comunhão frequente, e quotidiana, impressa em Lisboa em 1803. Pelo mesmo autor*, onde vai refutar as acusações feitas pelo prior de Baleizão na sua *Defesa da Verdade*, e criticar novamente o “partido oculto”, “com a sua nova mística, de Confissão geral, seguida logo de Comunhão quotidiana, ou muito frequente”, ou seja, D. António e os seus seguidores, razão pela qual tinha escrito o trabalho que publicara em 1803.

Em 1832, este mesmo autor redige umas memórias, que permaneceram manuscritas, intituladas *Memórias Históricas e Críticas das ações e vida pública do Ex.mo e R.mo bispo que foi de Bragança e Miranda, D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara*, e de que Francisco Manuel Alves obteve uma cópia, de que se serviu para escrever a biografia do bispo, alertando que Sepúlveda se esforçara “por malsinar todos os atos do prelado, mesmo os

mais inocentes, desvirtuando-os com suma malícia”<sup>13</sup>. Essa cópia, pelo menos aquela que consultámos e aqui reproduzimos, não transcreve os últimos quatro capítulos (18.º a 21.º) do código original, desconhecendo nós a razão de tal lacuna.

Da década de 1830, temos a *Breve notícia de alguns casos raros e admiráveis da vida do nosso Santo Pai, amantíssimo da Salvação das almas e zelosíssimo da honra e glória de Deus*. Trata-se de um manuscrito incompleto, a que foram arrancadas as folhas 5, 6, 11 e 12, e termina na folha 28, sem continuidade do texto que existiria originalmente. Fazia parte do espólio do Recolhimento da Mofreira e integra hoje os fundos documentais do Arquivo Distrital de Bragança. Não refere qualquer data, mas foi escrita depois da morte de D. António por Mariana Josefa, quarta superiora do Recolhimento da Mofreira, irmã de Maria de Jesus Manuela, a fundadora deste Recolhimento processada e condenada pela Inquisição. Também faz parte do presente trabalho.

Em 1837, de novo Francisco de Sepúlveda publica em Lisboa o *Exame crítico de um folheto do padre frei Sebastião de Santa Clara, do extinto Seminário de Vinhais*, onde volta a referir-se criticamente a D. António, mesmo não dizendo o seu nome, e aos seus discípulos, responsáveis pelo “mau espírito destas parcialidades e afetos terrenos entre dirigidas e diretores”, “o espírito beato” que estava na origem das dissensões religiosas que dilaceravam a Diocese de Bragança e Miranda<sup>14</sup>, numa alusão ao chamado “cisma dos monacos”.

E no ano seguinte, editou a segunda edição deste *Exame crítico*, com um apêndice. Neste último, volta a referir-se ao “bispo Veiga”, refutando agora artigos publicados no periódico *Ecco*, tendo por autor “Um Guarda Nacional”. Critica ainda o folheto *Voz da Igreja*, do padre frei António de Jesus, missionário apostólico do Seminário de Vinhais, discípulo de D. António – “acérrimo partidário do bispo”, escreverá Sepúlveda; e finalmente, insere neste apêndice um *Contra-juízo ao que formou um intitulado puro católico, sobre a carta circular do Ex.mo Sr. Bispo, D. José António da Silva Rebelo, de 16 de abril de 1837, e sobre o seu intérprete. Pelo mesmo que a interpretou*.

Em 1841, editado em Pernambuco, foi publicado um opúsculo, da autoria de Frei António de Jesus, membro da “família” de D. António Luís, intitulado *Exposição da fé que professam e da disciplina eclesiástica que abraçam os párocos e presbíteros ortodoxos do reino de Portugal, por os mesmos dirigida ao S. S. Padre Gregório XVI em 23 de julho de 1839 e a resposta do mesmo S. S. Padre acompanhada da verdadeira interpretação, conforme o sentir dos D. D. católicos romanos, dedicada à memória e ortodoxia do Ex.mo e Rev.mo sr. D. António da Veiga, Bispo de Bragança*.

Datadas de 1845, temos as *Memórias da vida do excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara, bispo de Bragança e Miranda. Escritas em italiano por Frei Simão da Rainha Santa, menor observante da província de Portugal e traduzidas pelo mesmo em português, aquelas em Roma, 1844, estas em Bragança, 1845*. Trata-se de uma cópia das mesmas, efetuada em 1847 por uma “indigna irmã deste Recolhimento da Mofreira”, existente nesta casa até 1910, integrando hoje o fundo documental do Arquivo Distrital de Bragança, e que aqui reproduzimos.



## Introdução

Em 1870, Joaquim Martins de Carvalho, redator e responsável de *O Conimbricense*, vai lançar em vários números do seu jornal, em “folheto”, sob o título de *Beatério no Bispado de Bragança*, a longa carta de Inocêncio António de Miranda, de 1812; a “Consulta do Conselho Geral do Santo Ofício, acerca do bispo de Bragança e Miranda, D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara”, de 1 de agosto de 1798, impressa pela primeira vez; e a “Denúncia dada na Mesa da Inquisição contra o bispo de Bragança”, de José Rodrigues Teiga, presbítero, relatando pretensos milagres a que teria assistido na noite de 26 de abril de 1813, “na celebrada habitação do Exmo. bispo de Bragança”.

E mais tarde, em setembro de 1885, sob o título de “Bispo de Bragança. Veiga Cabral”, em resposta aos artigos publicados pelo conde de Samodães, também em 1885 – no “periódico reacionário do Porto *A Palavra*, em que trata de exaltar as *virtudes* do famigerado bispo de Bragança” e refutar as acusações de António de Miranda –, vai apresentar a conclusão da consulta do Conselho Geral do Santo Ofício, de 1798.

Em 1887, no Porto, o cónego Manuel António Pires publica *Virtudes do bispo de Bragança, D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara*, em defesa do mesmo, como o próprio título deste folheto dá a perceber.

Em 1889, no Porto, o conde de Samodães, Artur Eduardo de Almeida Brandão, Manuel António Pires e Pedro Augusto Ferreira publicam o *Monumento à Memória de D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara, bispo de Bragança*, na sequência, aliás, de uma “série de artigos sobre este personagem” escritos em 1885 pelo conde de Samodães e publicados no jornal católico *A Palavra*, reproduzidas neste *Monumento*.

Com um retrato do bispo e a sua árvore genealógica, esta obra traça a biografia do bispo de Bragança; reproduz um texto de introdução à sua vida por frei António de Jesus, do Seminário de Vinhais e fundador do seminário da Falperra; uma carta do padre Pedro Nolasco Alves, discípulo do bispo; parte das memórias da sua vida, escritas em 1844 por frei Simão da Rainha Santa, da Província de Portugal, seu discípulo; e um texto do conde de Samodães. Na segunda parte desta compilação, apresenta-se a história dos recolhimentos das Oblatas do Menino Jesus da Mofreita e do Loreto/Fornos de Ledra, fundados pelo bispo; a regra e as constituições destes recolhimentos; as visões e revelações da irmã Domingas do Nascimento, do Recolhimento da Mofreita; sonetos do bispo; e o extrato de uma carta do bispo em resposta a outra do abade de Rebordãos. Contudo, na transcrição das fontes documentais que insere, não demonstra respeito pelos textos originais, chegando a adaptá-los.

A publicação deste *Monumento* tinha por “único fim” rebater os “libelos insidiosos” editados nos inícios do século XIX “para desvirtuar o Prelado”. Trata-se de uma fonte extremamente importante para o conhecimento do bispo de Bragança, da sua vida e ações, e ainda dos recolhimentos que fundou. A tentativa de os seus autores relançarem o processo de beatificação de D. António, a exemplo do que já tinha acontecido décadas antes, é manifesta.

Em 1892, Ferreira Deusdado edita em Lisboa *O Recolhimento da Mofreita e o espírito das Ordens Religiosas*, um pequeno folheto onde tece algumas considerações sobre a aldeia da Mofreita e sobre o recolhimento fundado por D. António.

Em abril de 1901, Francisco Manuel Vaz publicou dois longos artigos no jornal *Correio Nacional*, refutando as acusações feitas pelo jornal *Novidades* a D. António e aos recolhimentos da Mofreita e Fornos de Ledra (antigo Recolhimento do Loreto), artigos esses transcritos no jornal bragançano *O Nordeste*, entre 24 de abril e 1 de maio do mesmo ano. Com estes artigos, procurou o seu autor impedir a extinção destes dois recolhimentos, ameaçados pelo decreto de 10 de março de 1901, que mandou encerrar todas as casas religiosas existentes em Portugal.

Francisco Manuel Alves, nos onze volumes das suas insubstituíveis *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, publicadas entre 1909 e 1948, mas sobretudo no seu volume segundo, de 1909, dá-nos larga informação sobre o bispo D. António, que defende com veemência, mas omitindo as acusações e o texto da consulta da Inquisição de 1798 que condenara as superiores dos recolhimentos da Mofreita e Loreto e os procedimentos de D. António.

Em 1912, Ferreira Deusdado, nos seus *Escorços Transmontanos*, aborda “A profetisa oblata da Mofreita”, texto no qual trata da biografia de D. António, defendendo o prelado e as duas regentes dos recolhimentos por si fundados, considerando que todos eles “podem ter sido vítimas do Tribunal da Inquisição”.

José de Castro, em 1948, no volume III da sua excepcional obra *Bragança e Miranda*, fornece-nos a biografia de D. António Luís, fundamentada, em grande parte, nos textos de Francisco Manuel Alves, mas agora enriquecida com a consulta das fontes do Arquivo do Vaticano, do Arquivo Episcopal de Bragança e do Arquivo Distrital de Bragança, o que lhe permitiu elaborar o estudo mais aprofundado que até então se publicou sobre o bispo de Bragança, defendendo também a sua memória. Contudo, monsenhor José de Castro, como fizera Francisco Manuel Alves, abade de Baçal, também ignorou a consulta da inquirição de 1798, apesar de, tanto um como o outro, conhecerem o texto da mesma, impressa em *O Conimbricense* (1885) e por António Baião (1938), para não falarmos dos textos manuscritos existentes na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, que provavelmente eram do conhecimento destes dois eclesiásticos. A sua visão do prelado é, todavia, bem mais crítica do que a de Francisco Manuel Alves, concluindo que D. António Luís não pode ser considerado “um bispo da igreja”.

Em 1981, a Imprensa Nacional edita em *Feiticeiras, Profetas e Visionários* um conjunto de sentenças e notícias provenientes dos fundos manuscritos da Biblioteca Nacional, sobretudo da coleção Moreira, selecionados por Yvonne da Cunha Rego, do qual faz parte o “Lembrete da consulta sobre o bispo de Bragança”, de 1798, e a denúncia contra o bispo de Bragança, não datada, mas que parece ser de 1813. Nada acrescenta, porém, esta autora, ao que se sabia sobre D. António Luís.

Fernando de Sousa, em 1987, publicou na *Revista da Faculdade de Letras* do Porto, vol. IV, o artigo “Inquisição e heresia nos finais do século XVIII”, onde analisa a perseguição que a Inquisição fez às duas superiores dos recolhimentos fundados por D. António e transcreve o lembrete da consulta sobre o bispo de Bragança existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nos Reservados da Biblioteca Nacional.

## Introdução

Finalmente, António Luís Pinto da Costa, em 1997, escreveu um artigo intitulado “D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, bispo de Miranda e Bragança, ou a oposição às ideias liberais em nome da ortodoxia católica”, no *Congresso Histórico. Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda, 1545-1995*; e ainda, em 1998-1999, dois artigos na revista *Brigantia* sobre o mesmo tema, respetivamente, “D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, um estranho e controverso bispo de Miranda e Bragança (vol. XVII) e “Um singular Instituto Pio Transmontano, as Oblatas do Menino Jesus” (vol. XIX), onde trata dos dois recolhimentos fundados por D. António, o da Mofreita e o do Loreto.

\*\*\*

Se pretendermos fazer um balanço da produção historiográfica em torno da figura de D. António Luís, poderíamos dizer que até à sua morte predominaram quase exclusivamente os textos críticos; após 1819-1820, surgiram fundamentalmente os testemunhos elogiosos; e só no século XX, sobretudo com Francisco Manuel Alves e José de Castro, passamos a dispor de abordagens mais eruditas do bispo de Bragança, sem que, até ao momento, dispuséssemos de uma biografia aprofundada e contextualizada deste prelado ímpar.

Para compreendermos D. António Luís, uma personalidade tão rica e tão influente da sociedade portuguesa na agonia do Antigo Regime, que vive num dos períodos mais dramáticos da nossa História, marcado pelo impacto da Revolução Francesa (1789), Campanha do Rossilhão (1793-1795), Guerra das Laranjas (1801), retirada da Corte para o Brasil (1807) e Invasões Francesas (1807-1811), para entendermos a hostilidade que o poder régio e alguns setores da Igreja lhe votaram, é preciso conhecer o tempo que lhe foi dado viver como bispo, o embate que se fez sentir entre a tradição e a mudança/inação, o combate entre a conservadora mentalidade religiosa e os desafios do racionalismo iluminista/jansenista, captar a realidade social do Reino e da Diocese de Bragança e Miranda, apreender as rivalidades existentes entre o poder secular e o poder eclesiástico, entre o clero regular e o secular, entre as famílias influentes no contexto trasmontano, apreender o papel da mulher na sociedade rural e a sua inegável emancipação no âmbito das comunidades religiosas, e conhecer a leitura que este bispo fez da doutrina cristã à luz dos Evangelhos.

Foi o que nós fizemos nas últimas décadas, investigando a História de Portugal e a História do Município de Bragança em particular, na época em que D. António viveu; consultando nos arquivos nacionais e estrangeiros as fontes históricas e recolhendo os textos manuscritos e impressos que lhe dizem respeito; constituindo um dossiê permanentemente enriquecido sobre o bispo de Bragança, que exerceu sobre nós um fascínio crescente desde que conhecemos este prelado, aquando da preparação da nossa tese de licenciatura sobre Trás-os-Montes, em 1971-1972, como se compulsivamente fôssemos chamados e incentivados a escrever sobre ele. Outros projetos de investigação exigiram o nosso labor, outras atividades académicas, cívicas e políticas absorveram a nossa vida profissional e pessoal, mas sabíamos, com a certeza própria da evidência, que algum dia tínhamos de nos confrontar com este homem da Igreja, para de forma objetiva e serena, 200 anos após a sua morte, traçar a sua biografia nas mais diversas facetas e procurar dar a conhecer a sua

leitura da doutrina cristã, através das múltiplas fontes consultadas, interrogadas por nós, de forma problemática e, sobre alguns aspetos, exaustivamente.

\*\*\*

O trabalho de investigação que agora se publica está dividido em três partes.

A primeira diz respeito à biografia crítica de D. António Luís, seguindo a cronologia do seu percurso pessoal, inserida no contexto ideológico, religioso, político e socioeconómico do Portugal de então, o qual, não raras vezes, condicionou a sua própria vida.

A segunda parte apresenta a interpretação que fez da doutrina cristã, à luz dos textos que produziu e que os seus discípulos nos legaram, dando nós particular relevo à “comunhão quotidiana”, aos “exorcismos” que praticava, à “teologia simbólica” que defendia na interpretação de factos, aos “milagres” que efetuou ou inspirou e à sua “missão extraordinária”.

A terceira parte é constituída por um *corpus* documental, na sua maior parte inédito, a favor e contra D. António Luís, que nos permite conhecer a argumentação que os seus detratores e defensores utilizaram nas posições que assumiram, e que nós identificamos no texto desta obra como *Fontes Documentais*.

Segue-se um conjunto de apontamentos biográficos sobre os principais intervenientes no percurso de D. António Luís, uma cronologia da vida deste prelado no contexto da História de Bragança e da História de Portugal, as fontes e bibliografia utilizadas na nossa investigação e um resumo em inglês.

Um último esclarecimento quanto à designação da diocese de D. António Luís. Este intitulou-se *bispo de Bragança*, apesar de a sua diocese, desde 1780, ter o nome oficial de *Bragança e Miranda* (hoje, e desde 1996, *Bragança-Miranda*). Usaremos indistintamente tais designações, utilizando-as de acordo com as fontes consultadas ou transcritas, mas ao referirmo-nos a D. António Luís, iremos preferir o termo mais curto, *bispo de Bragança*, com o qual ele sempre se apresentou. Aliás, a notícia da sua sagração na *Gazeta de Lisboa* refere-o justamente como “bispo de Bragança”.

\*\*\*

Uma palavra final para todos aqueles que deram a sua colaboração para a produção deste trabalho.

Ao CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto), muito especialmente ao doutor Ricardo Rocha e à doutora Filomena Melo, responsáveis por parte das transcrições das fontes manuscritas que constam deste trabalho (revistas por mim, assumindo pessoalmente a responsabilidade por eventuais imprecisões), e ainda aos professores doutores Diogo Ferreira e Paulo Amorim e ao doutor Manuel Pires Ribeiro, que colaboraram na revisão das transcrições.

Ao doutor Carlos Prada, que nos facultou diversas pastorais da autoria de D. António Luís e outros documentos, posteriormente consultados por nós nos *Livros de Visitações* de três freguesias da Diocese de Bragança e Miranda.

Ao doutor Pedro Vilas Boas Tavares, especialista em História da Espiritualidade em Portugal, pela leitura crítica que fez do nosso trabalho.

## Introdução

À diretora do Arquivo Distrital de Bragança, doutora Élia Correia; ao diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, doutor Silvestre Lacerda; e à doutora Silvia de Moura, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, pela colaboração na consulta e reprodução de documentos.

Aos doutores Luís Montalvão e Roberto Afonso, pelas fotografias que gentilmente nos cederam.

Um reconhecimento especial para monsenhor José de Castro (1886-1966), que, com a sua obra e a transcrição das fontes do Arquivo Secreto do Vaticano, nos poupou a sua consulta direta, uma vez que estamos plenamente convencidos que nos forneceu o essencial da informação relativa a este bispo de Bragança, nada omitindo de relevante.

Ao senhor bispo de Bragança, D. José Cordeiro, pela leitura crítica do texto e pelos contributos que nos forneceu.

Finalmente, à Câmara Municipal de Bragança, na pessoa do seu presidente, Dr. Hernâni Dias, que tornou possível a edição desta obra.



O CEPESE é cofinanciado por







*Antonio Bispo de Braganca*

